

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE TARTARI MONGELLI

**UMA ANÁLISE SOBRE A ECONOMIA SUL-COREANA SOB A ÓTICA DO
CRESCIMENTO PRÓ-POBRE ENTRE 2010 E 2022**

CAMPO GRANDE - MS

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL – UFMS
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

FELIPE TARTARI MONGELLI

**UMA ANÁLISE SOBRE A ECONOMIA SUL-COREANA SOB A ÓTICA DO
CRESCIMENTO PRÓ-POBRE ENTRE 2010 E 2022**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Economia do curso de graduação em Ciências Econômicas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, sob a orientação da Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto.

CAMPO GRANDE - MS

2024

TERMO DE APROVAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), sob o título “**UMA ANÁLISE SOBRE A ECONOMIA SUL-COREANA SOB A ÓTICA DO CRESCIMENTO PRÓ-POBRE ENTRE 2010 E 2022**”, submetida à de Banca Examinadora por FELIPE TARTARI MONGELLI como exigência parcial para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II, do Curso de Ciências Econômicas, e demais requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Economia, defendida dentro do prazo e em concordância com as normas e formalidades legais exigidas, sendo considerado.....

Campo Grande (MS), 19 de junho de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Leonardo Francisco Figueiredo Neto – Orientador

ESAN/UFMS

Prof. Dr. Wladimir Machado Teixeira – Membro

ESAN/UFMS

Prof. Dr. Odirlei Fernando Dal Moro – Membro

ESAN/UFMS

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio financeiro e incentivo de motivação para sempre buscar mais conhecimento, minha vó e minha irmã pelo apoio. Agradeço a todos os professores que fizeram parte da minha formação profissional e acadêmica e também a todos os colegas de faculdade (de Centro Acadêmico, Empresa Júnior, entre outros) por também contribuírem para minha formação pessoal e profissional. Também agradeço a Carol, Gilson, This, Gabriel Vieira e Mário por me ajudarem academicamente e emocionalmente nesta árdua caminhada. Agradeço também ao meu namorado Henrique por todo o apoio dado. E por fim, tenho uma eterna gratidão ao professor Leonardo que me acolheu como orientando, meu muito obrigado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar se as instituições da Coreia do Sul foram eficientes no combate à desigualdade de renda e pobreza na história recente, e principalmente dentro do período de 2010 até 2022. Para isso, o método utilizado consiste em elaborar um estudo através de pesquisas bibliográficas acerca das políticas públicas que reduzem problemas sociais, elencando algumas que ajudaram no crescimento e desenvolvimento do referido país. Para mensuração dos dados e análise da pobreza e desigualdade do país estudado, foram considerados o índice de Gini e a curva de Lorenz. Os resultados mostraram que no período estudado (2010-2022) a Coreia do Sul foi marcada por crescimento a favor das classes mais baixas, conclusão apontada pela aplicação da metodologia “Pro-Poor Growth” (Crescimento pró-pobre), mostrando benefício contínuo do crescimento econômico pelas classes mais pobres na Coreia do Sul, o que indica que as instituições atuais têm demonstrado efetividade no combate aos problemas sociais. O índice de Gini teve uma queda, ou seja, houve uma queda de desigualdade de renda, no sentido da mensuração da pobreza, verificou-se que apesar dos grandes desafios existentes em combater a pobreza na Coreia do Sul, principalmente entre os idosos, houve um avanço significativo na última década, contrariando assim, o que é apontado pelos críticos sobre o crescimento sul-coreano. Apesar de existir a restrição de espaço de tempo, pode-se reconhecer a década passada como um momento de inflexão da desigualdade de renda. Ainda, constatou-se que várias políticas públicas não foram eficazes para combater o problema da pobreza entre a população mais velha, também foram apontadas as políticas públicas responsáveis pelo crescimento recente e anterior da Coreia do Sul com impacto nos problemas sociais. Foi possível concluir que as políticas foram eficientes para resolver os problemas sociais expostos, porém ainda existem desafios principalmente na faixa populacional de pessoas idosas. Por fim, futuros estudos devem mensurar a elasticidade-crescimento e elasticidade-renda, e também um horizonte de tempo maior, além de empregar fatores não-quantitativos para mensuração de pobreza e desigualdade.

Palavras-Chave: Políticas Públicas; Desenvolvimento; Crescimento Econômico.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze whether South Korea's institutions have been effective in combating income inequality and poverty in recent history, particularly from 2010 to 2022. To achieve this, the method used involves conducting a literature review on public policies aimed at reducing social problems, highlighting some that have contributed to the country's growth and development. To measure and analyze the country's poverty and inequality, the Gini index and the Lorenz curve were considered. The results indicate that during the studied period (2010-2022), South Korea experienced growth that favored lower classes, as concluded by applying the "Pro-Poor Growth" methodology, demonstrating continuous benefits of economic growth for the poorest classes in South Korea. This suggests that current institutions have been effective in addressing social issues. The Gini index showed a decline, indicating reduced income inequality. Regarding poverty measurement, despite significant challenges in combating poverty in South Korea, especially among the elderly, there has been significant progress over the last decade, contrary to critics' views on South Korea's growth. Although several public policies were ineffective in addressing poverty among the elderly population, policies responsible for recent and previous growth in South Korea with an impact on social problems were identified. It was possible to conclude that these policies were effective in addressing the identified social problems, although challenges remain, particularly among the elderly population. Finally, future studies should measure growth elasticity and income elasticity, consider a longer time horizon, and employ non-quantitative factors to measure poverty and inequality.

Keywords: Public Policies, Development, Economic Growth.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Mudanças institucionais educacionais na Coreia do Sul entre 1945 - 2000.....	21
Tabela 2 - Classificação de crescimento com base em Ribeiro et al (2015)....	36
Tabela 3 - Valor da renda média anual dos sul-coreanos em U\$ entre 2009 e 2022.....	38
Tabela 4 - Resultados dos crescimentos da renda na Coreia do Sul entre 2010 e 2022.....	
Figura 1 – Perfil de exportação da Coreia do Sul, dados de 2021	23
Figura 2 - Índice de Gini dos países da OCDE, últimos dados disponíveis	26
Figura 3 - Índice de pobreza entre 66 anos ou mais nos países da OCDE.....	27
Figura 4 - Idade média da população entre os 20% mais pobres na Coreia do Sul (2010 – 2022).....	28
Figura 5 - Índice de Gini na Coreia do Sul, com áreas coloridas para classificação de crescimento (2011-2020).....	34
Figura 6 - Índice de Gini na Coreia do Sul, com áreas coloridas para classificação de crescimento Pró-Pobre ou Não-Pró-Pobre (2011-2020).....	39
Figura 7 - Curva de Lorenz da Coreia do Sul em 2022.....	40
Figura 8 - Índice de pobreza de pessoas com 66 anos ou mais na Coreia do Sul (2011-2020).....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	10
2.1. Desenvolvimento econômico.....	10
2.2. Crescimento Pró-Pobre	14
2.3. Políticas públicas e a relação com a pobreza e desigualdade	15
3. ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO: COREIA DO SUL E SEU DESENVOLVIMENTO	18
3.1 A história do desenvolvimento da Coreia do Sul	18
3.2 A Coreia do Sul atual e suas relações com o exterior	22
3.3 Os Problemas Sociais da Coreia do Sul.....	25
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS	33
4.1 O Índice de Crescimento Pró-Pobre.....	33
5. RESULTADOS E ANÁLISE DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA	38
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
7. REFERÊNCIAS	45

1. INTRODUÇÃO

O crescimento econômico não é homogêneo entre os países do mundo. Na história recente existem poucas nações que realizaram o chamado *catching up*, ou seja, um país em desenvolvimento que emparelhou, em termos de força econômica, com países desenvolvidos. O que ocorre é que muitos países não conseguem crescer, elevando às taxas necessárias para alcançar os países ricos. Assim, como, o crescimento do Produto Interno Bruto não reflete a melhora homogênea de renda e qualidade de vida para toda a população de um determinado país, o que se traduz em problemas sociais como pobreza e desigualdade de renda.

Este estudo tem como foco a Coreia do Sul, um país asiático que pertence ao chamado “Norte Global”, que muitas vezes é apontado como modelo de crescimento econômico, principalmente para economistas que defendem o protagonismo do Estado para promover o crescimento. Dessa maneira, o referido país é objeto de diversas pesquisas na área das Ciências Econômicas, tanto para estudar como o crescimento ocorreu, quanto os seus efeitos, principalmente por ter obedecido a teoria da convergência. O período a ser estudado pela metodologia (2010-2022) neste trabalho é o período do final do amadurecimento das instituições sul-coreanas, portanto, traduzindo um cenário estável da economia e das instituições do país.

O crescimento experienciado pela Coreia do Sul, em especial a partir da década de 1960, é caracterizado pelo desenvolvimento econômico que levou a aproximação dessa economia a da japonesa (que na época já era desenvolvida), esse crescimento no entanto não foi homogêneo entre toda a população, é flagrante que as classes mais abastadas e aquelas donas dos grandes conglomerados industriais se beneficiaram mais, exacerbando problemas anteriormente já existentes, gerando um acúmulo de problemas sociais relacionados à pobreza e desigualdade de renda. Diante disso, cabe o questionamento acerca do real papel das instituições sul-coreanas na história recente: As políticas públicas sul-coreanas além de promover o crescimento econômico, promoveram a retirada de pessoas da pobreza e reduziram as desigualdades sociais?

Dentro deste contexto é necessário fazer uma análise exploratória da efetividade das políticas públicas da Coreia do Sul na atuação da redução da pobreza

e desigualdade, por isso, o objetivo geral deste trabalho é estudar a pobreza e desigualdade no contexto de crescimento econômico experimentado pela Coreia do Sul recentemente.

Para atingir esse objetivo, o trabalho desenvolveu três objetivos específicos que são: elencar as diversas políticas públicas voltadas à população mais pobre do país, como forma de avaliar a interação destas de maneira generalizada com a população; utilizar dados de GINI¹ e pobreza para entender o comportamento dos problemas sociais no tempo estudado, na Coreia do Sul; e analisar por meio da metodologia “Crescimento Pró-Pobre” para verificar a efetividade da distribuição do crescimento econômico para o estrato populacional mais vulnerável da Coreia do Sul.

As metodologias utilizadas para alcançar esses objetivos foram qualitativas e quantitativas. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica dos artigos mais relevantes, por quantidade de citações, que tratavam dos temas: políticas públicas; da pobreza e desigualdade; e do desenvolvimento econômico.

A metodologia quantitativa utilizada foi aquela desenvolvida por Kakwani e Pernia (2000) do Crescimento Pró-Pobre, utilizando dados do Statistics Korea (2023), associadas a Curva de Lorenz por Max Lorenz (1905); índice de GINI (OCDE, 2023); e índice de pobreza (OCDE, 2023).

Para a compreensão da problemática, o trabalho foi dividido em sete seções: a primeira sendo a introdução; a segunda intitulada “ O Desenvolvimento Econômico , pobreza e políticas públicas” que propôs uma revisão dos estudos que tratavam de políticas públicas e trabalhos que abordavam a redução da pobreza e da desigualdade com políticas públicas, a terceira chamada de “Analisando o objeto de estudo: Coreia do Sul e seu desenvolvimento” que teve como objetivo estudar como a Coreia do Sul se desenvolveu utilizando-se de aparatos do Estado; a quarta seção apresenta os aspectos metodológicos; a quinta seção demonstra a aplicação da metodologia explicada; a sexta seção são as considerações finais sobre o trabalho; e por fim as referências bibliográficas.

¹Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos (IPEA, 2004, p. 1)

2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, POBREZA E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Desenvolvimento econômico

A evolução do pensamento econômico, juntamente com a solidificação dos direitos humanos que garantem a todos uma vida digna baseada no acesso a nutrição adequada, habitação, educação, saúde, dentre outros, mostra a obrigatoriedade do compromisso das autoridades públicas com a redução da pobreza e a não naturalização dela pelos estudos contemporâneos. (ONU, 1948)

Nesse âmbito, a noção de desenvolvimento econômico nem sempre trouxe consigo o compromisso de refletir o bem estar social da população. Parâmetros como o PIB per capita representam análises incompletas diante do olhar das ciências econômicas para contradições encontradas no sistema capitalista, é necessário então avançar na área de mensuração do bem-estar econômico.

Diante da estruturação do capitalismo, a pobreza que antes poderia ser atribuída a uma dificuldade de produtividade, não poderia mais ser justificada dessa maneira, o novo sistema que solapou a estrutura feudal na Europa trouxe consigo ganhos de produtividade sem precedentes na história humana, uma quantidade de riqueza que possibilita que toda a população vivesse um padrão de vida digno.

No entanto, mesmo com os avanços tecnológicos e produtivos, nem todas as nações do mundo tiveram os mesmos ganhos de renda per capita. A disparidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento continua gritante, no cenário global as economias da Europa e América do Norte permanecem muito mais avançadas do que o restante do mundo, em especial do continente africano e de boa parte da Ásia (Menezes e Caixeta, 2020)

Apesar disso, existem alguns países que fogem a este cenário, e obedecem a chamada “Teoria da Convergência”. O também chamado *catching up*, abordando que os países não desenvolvidos expandiriam a taxa de crescimento econômico superior ao de países desenvolvidos, e dessa maneira, haveria o emparelhamento das economias. O objeto de estudo do presente trabalho, a Coreia do Sul, foi um dos poucos países que de fato realizaram esse feito. As mudanças drásticas que

ocorreram nesse país evidenciam que ao menos as políticas públicas têm sido eficazes em gerar o crescimento econômico (Ahluwalia *et al*, 1978).

Conforme evidenciado nas análises feitas por Ravallion e Datt (1999 Apud Oliveira e Jacinto, 2015), é certo afirmar que o crescimento econômico, por si só, não é suficiente para diminuir a Pobreza. Caldas e Menezes (2010 Apud Oliveira e Jacinto, 2015) esclarece que o aumento dos indicadores econômicos sem o combate efetivo à desigualdade de renda contribui para a não eliminação da pobreza, impedindo, então, a transformação da realidade de pessoas com menos acesso ao consumo, ou seja, o estrato mais pobre da população.

A melhora do bem-estar social dos mais pobres então passa necessariamente por entender como a pobreza se comporta e como mensurar ela. Ahluwalia *et al* (1978) demonstra que a definição de pobreza varia, especialmente entre os países, dado que depende do “padrão social contemporâneo”, ou seja, do nível de recursos necessários para se manter fora da pobreza naquela sociedade em específico. Portanto, é necessário cautela ao analisar a pobreza do ponto de vista comparativo entre os países, mas que a linha da pobreza definida por um país pode ser utilizada sem tanta cautela quando é aquele país em questão a ser tratado.

Diante disso, o avanço das teorias econômicas de crescimento e desenvolvimento trouxe consigo a necessidade de estudar mais a fundo o fenômeno da pobreza e da desigualdade, precisando-se criar parâmetros para comparação entre países ao longo do tempo, de maneira a entender como a pobreza estava se comportando, porque começou a existir uma preocupação maior em combatê-la com políticas públicas, e, dessa maneira, precisava-se verificar a eficiência dessas ações. Um dos pioneiros na criação de meios de mensurar a pobreza e desigualdade de renda foi Max Lorenz em 1905, economista americano que explorou em seus estudos o fenômeno da pobreza, criou a Curva de Lorenz, que será explicada a seguir.

A curva de Lorenz é um instrumento gráfico de grande importância para o pensamento econômico, pois permite a fácil compreensão da distribuição de renda de uma população. Segundo Lorenz (1905 Apud Hoffmann, 1998) este instrumental demonstra como a proporção da renda total aumenta considerando a proporção da população, ou de maneira equivalente. Para Medeiros (2006), quanto cada fração de

população detém da renda total (Produto Interno Bruto, por exemplo), isso resulta em uma curva convexa, a qual o parâmetro de comparação é uma linha reta com ângulo de 45°, que é o caso de perfeita igualdade da distribuição de rendimentos. De acordo com Hoffmann (1998) é usual medir a desigualdade de um país com base no que os 20% mais ricos detém da riqueza total da sociedade, assim é possível ter uma base de comparação entre países de quanto a riqueza é detida pelas mais altas classes sociais.

Este trabalho utiliza o conceito criado por Lorenz (1905) da Curva de Lorenz para definir os mais pobres da sociedade sul-coreana, de certa forma é arbitrário, mas é factível que mesmo que uma parcela da população pobre esteja fora dos 20% mais pobres, é possível afirmar que todos dentro desta faixa estão dentro da pobreza ou então teriam que se beneficiar mais do crescimento econômico para ter melhores condições de vida.

Em um contexto de maior disponibilidade de dados e estudos, por conta da preocupação crescente de combater a pobreza em todas as regiões do mundo, tornou-se possível teorizar como a pobreza e a desigualdade de renda se comportam durante o desenvolvimento econômico de um país. Nesse sentido Simon Kuznets, um economista russo se debruçou sobre a questão da desigualdade e pobreza, como será explicado a seguir.

De acordo com Kuznets (1955), que foi um dos principais estudiosos que analisou como a desigualdade se relaciona com o crescimento e desenvolvimento econômico, em seu artigo de 1955 intitulado "*Economic Growth and Income Inequality*" (Crescimento Econômico e Desigualdade de Rendimentos), o autor apresenta sua revolucionária teoria do "U invertido", que demonstrava que no início do crescimento de uma economia, até certo ponto no tempo a desigualdade de renda cresceria, após este ponto de inflexão esta então começaria a cair até os níveis pré-crescimento.

Para chegar nessa conclusão, Kuznets elenca vários procedimentos metodológicos para realizar a análise, são eles: a unidade de renda deve ser em unidades familiares ajustada pela quantidade de pessoas nessa unidade; a distribuição da amostra deve cobrir todo o país em questão; unidades de pessoas ainda em aprendizado ou aposentadas devem ser segregadas; a renda deve ser

calculada da mesma maneira que é calculado o produto do país; e as unidades devem ser analisadas no longo prazo. Além disso, o autor ressalta a importância de considerar a assistência do governo na renda da população, e, ainda, afirma que existe uma dificuldade de análise da movimentação da distribuição de renda e, portanto, da pobreza, dado que a renda é anualizada, dessa maneira, reduções da desigualdade podem não ser tão significativas.

Segundo Kuznets (1955), a concentração de renda pelas camadas mais altas da população é dada pela alta propensão marginal a poupar, ou seja, por esse segmento já possuir uma renda considerável e o consumo já estar em patamares elevados, o aumento da renda reverte-se em poupança. Outro motivo para esse fenômeno seria a mudança de estrutura produtiva da economia, que ao passar de rural (geralmente tendo menores índices de desigualdade de renda) para a urbano-industrial, haveria um aumento da desigualdade, pois a renda da população urbana é geralmente maior que a rural. O trabalho de Kuznets foi anterior ao desenvolvimento da Coreia do Sul, no entanto, é possível traçar um claro paralelo entre as economias desenvolvidas estudadas pelo autor, com a economia então emergente da Coreia do Sul, onde houve essa mudança drástica da estrutura econômica.

O autor, com os dados da época, identificou que houve uma variação significativa da desigualdade de renda, ocorreu um aumento inicial da desigualdade e posteriormente um recuo, para novamente aumentar. Kuznets relaciona esse movimento a outros fatores como crescimento econômico, intervenção governamental, dentre outros. Os estudos mais recentes sobre a teoria de Kuznets também não conseguiram comprovar de forma efetiva a validade ou não dessa teoria (Castelar, 2007).

No sentido das teorias apresentadas anteriormente, Ahluwalia *et al* (1978) conclui que a pobreza é dependente de dois fatores: renda média e distribuição de renda; ou seja, em um contexto de crescimento econômico, e portanto, crescimento da renda média da população o que determinará os caminhos que a pobreza seguirá será a distribuição de renda. Segundo Ahluwalia *et al* (1978), mesmo em um ambiente de desigualdade de renda alta os efeitos do crescimento econômico na renda dos mais pobres não são negligenciáveis, mas sim, menores do que o aumento da renda média.

No entanto, segundo Ahluwalia *et al* (1978), os países podem criar um ambiente que diminua o aumento da desigualdade no crescimento econômico inicial apontado por Kuznets (1955), e isso depende das políticas públicas como distribuição de renda e de terra, do contrário, existe a tendência do aumento da desigualdade de renda devido a fatores como: aumento da demanda por trabalho qualificado em detrimento do trabalho não qualificado; e políticas que sempre favorecem os setores mais modernos da economia.

2.2. Crescimento Pró-Pobre

O Crescimento Pró-Pobre surge num contexto em que é necessário avaliar os desdobramentos do crescimento econômico que englobam um avanço social coletivo.

Kakwani e Pernia (2000, Apud Mohammed *et al*, 2020), em um desenho inicial, fabricaram um índice geral de pobreza utilizando flutuações de renda e um panorama geral de gastos. O indicador é construído pela elasticidade do índice de pobreza com o padrão de vida com a sub-elasticidade do índice de pobreza para o padrão de vida. Determinando um crescimento pró-pobre se positivo e empobrecedor se negativo. Ele foi aplicado na realidade de três países: Laos, Tailândia e Coreia. Com resultado de um crescimento pró-pobre na Coreia e empobrecedor no restante dos países.

Ravallion e Chen (2001, Apud Mohammed *et al*, 2020) acrescentaram no cálculo uma curva de incidência de crescimento que correlaciona a parcela da população mais pobre com o aumento da renda per capita, juntamente com índice de pobreza de Watts. Tal modificação visou uma descrição mais acurada da distribuição de renda e foi aplicada na economia Chinesa durante o período de 1990-1999 para validação. Como resultados, observou-se que o crescimento da renda per capita da China foi de 6.2%, enquanto que a renda da parcela mais pobre da população cresceu em 3% - contrastando com um aumento de 10% para os mais ricos.

O estudo de Son e Kakwani (2003, Apud Mohammed *et al*, 2020) destrinchou a relação entre crescimento econômico, desigualdade e pobreza sob as lentes do crescimento pró-pobre. Propuseram, então, um padrão de pobreza denominado taxa de crescimento equivalente à pobreza, o qual leva em consideração o tamanho do

crescimento e o mecanismo de distribuição dele para pessoas pobres e não pobres tanto relativo quanto absoluto. A nova metodologia foi aplicada para a economia de três países, durante os anos 90: Coreia do Sul, Vietnã e Tailândia. Observou-se que o crescimento da Coreia do Sul e do Vietnã eram pró-pobre, em contraste com o da Tailândia.

Son e Kakwani (2006, Apud Mohammed *et al*, 2020) realizaram um estudo com uma amplitude maior e adotaram uma abordagem diferente. Utilizou-se a curva de Lorenz com a finalidade de medir o crescimento pró-pobre em vez dos indicadores de pobreza prévios. Ademais, em parceria com o programa de desenvolvimento das nações unidas, foram inseridos na análise 80 países e cerca de 237 setores locais durante o período de 1984 - 2001; além da inserção de outras variáveis importantes como inflação, a parcela da agricultura no PIB, abertura comercial e as particularidades legislativas. Como resultado, observou-se que 45% das nações envolvidas obtiveram um crescimento pró-pobre e também uma correlação significativa entre o crescimento pró-pobre e uma baixa inflação. As relações com as outras variáveis mantiveram-se dependentes das taxas de crescimento.

Atualmente, a análise do crescimento pró-pobre é uma ferramenta crescentemente utilizada no meio acadêmico, especialmente na análise econômica de países em desenvolvimento. Alguns desses países incluem Iraque (Mohammed *et al*, 2020); Laos e Ruanda (Illien e Bieri, 2024); Vietnã (Phan e O'Brien, 2023); Tailândia e Coreia do Sul (Kakwani, 2002)

2.3. Políticas públicas e a relação com a pobreza e desigualdade

Como explicado anteriormente neste trabalho, o crescimento econômico não é necessariamente acompanhado de melhoria na renda da população mais pobre do país, neste caso, da Coreia do Sul. Portanto é necessário empregar políticas públicas que diminuam o hiato da desigualdade apontado por Kuznets (1955).

A conclusão segundo Pasha e Palanivel (2003), contando com um amplo estudo sobre o crescimento pró-pobre na ásia, é que nas economias da ásia a pobreza é mais sensível ao aumento da renda do que a estabilização dos preços. Ainda segundo os autores, os países que privilegiam políticas públicas de aumento do

crescimento econômico obtém uma redução maior da pobreza quando comparados aos países que promovem políticas de estabilização de preços.

Levin e Bigsten (2000) obtém uma conclusão semelhante, acrescida de um detalhe: as políticas públicas voltadas aos mais pobres não necessariamente devem ficar apenas no campo de promover o crescimento econômico, mas também podem abranger uma política de distribuição de renda, para assim promover um crescimento econômico inclusivo e, portanto, Pró-pobre.

Levin e Bigsten (2000) apontam alguns estratégias, muitas delas inclusive seguidas pela Coreia do Sul, que promoveriam um crescimento sustentado com redução da pobreza, os autores citam: *export-led growth* (crescimento voltado para fora) baseado em manufatura intensiva em mão de obra; investimento em capital humano; políticas de proteção social como aposentadoria; entre outras. Levin e Bigsten (2000) concluem que o modelo de desenvolvimento com redução de pobreza é uma junção de políticas, como apontado no trecho a seguir:

- a) Um pacote de políticas relevante deve levar em conta as circunstâncias específicas do país e as condições iniciais. Em todos os pacotes de políticas, no entanto, prioridade deve ser dada aos gastos com necessidades básicas humanas, como educação, saúde e nutrição.
- b) Políticas para redistribuição direta de ativos físicos, como terra, assim como políticas destinadas a aliviar restrições de crédito aos pobres, podem ser necessárias.
- c) Em países com alta desigualdade, políticas que promovam o crescimento devem ser implementadas após um ataque inicial à desigualdade e à pobreza. (Levin e Bigsten, 2000, Tradução do autor)

Levin e Bigsten (2000) ainda ressaltam o papel de políticas públicas voltadas à formação de capital humano. Os autores afirmam que esse é um fator importante para os diferentes ritmos de crescimento e distribuição de renda, capaz ainda de induzir mudanças no crescimento, distribuição de renda e pobreza. Por fim, Levin e Bigsten (2000) advogam por programas de proteção social para a redução da volatilidade da renda dos mais pobres que no longo prazo contribuíram para a redução dos problemas sociais anteriormente citados.

Kakwani (2002) concluiu que não se deve utilizar as mesmas políticas públicas “Pró-pobre” em todos os países. Políticas que maximizam o crescimento econômico podem beneficiar alguns países, enquanto que outros necessitam um foco maior para a redução da desigualdade de renda.

Khandker e Koolwal (2007) que estudaram o ambiente rural de Bangladesh apontaram que as políticas “pró-crescimento” não necessariamente se transmitem em queda da pobreza e vice-versa, ou seja, existiam políticas que eram “pró-pobre” e “pró-crescimento” (com impactos na desigualdade de renda e pobreza) e tinham outras que eram somente “pró-pobre” ou somente “pró-crescimento”.

3. ANALISANDO O OBJETO DE ESTUDO: COREIA DO SUL E SEU DESENVOLVIMENTO

3.1 A história do desenvolvimento da Coreia do Sul

No início do século XX, depois da guerra Russo-Japonesa, a Coreia foi anexada ao império japonês e transformada em uma colônia de exploração, onde a população coreana se viu subjugada e privada de direitos civis básicos. As reformas que estavam sendo introduzidas antes da anexação pararam e boa parte da população foi obrigada a viver na pobreza e no analfabetismo (Lew, 2000).

A colonização da península coreana foi brutal, com perseguições aos nacionalistas, tentativa de apagamento da cultura local e até mesmo redes extensas de exploração sexual de coreanas. Com o objetivo de facilitar a exploração dos recursos naturais e da mão-de-obra da península, o Japão construiu extensas redes de infraestrutura que garantissem o escoamento das produções para o mercado japonês e vice-versa (Booth e Deng, 2016).

Mesmo com alguns subsídios do governo japonês a produção, os principais cargos da administração colonial, assim como de empresas que operavam em solo coreano, eram de japoneses, isso, juntamente com a concorrência das empresas japonesas, criavam um ambiente de difícil florescimento de indústrias e atividades manufatureiras de grande rentabilidade. O foco da colônia era de fornecimento de matéria-prima e mercado consumidor para a metrópole (Booth e Deng, 2016).

Além de crimes contra a humanidade cometidos em solo coreano, o Japão explorou os recursos e a força de trabalho dos coreanos no esforço de guerra, na Segunda Guerra Mundial. Mesmo após a derrota do Japão, a população não conseguiu sua sonhada libertação. O país foi dividido em duas zonas de ocupação militares que ficaram sujeitas a decisões da União Soviética (Coreia do Norte) e dos Estados Unidos (Coreia do Sul) (Lew, 2000).

Com a criação de estados nas duas regiões ocupadas da Coreia, ambos os líderes dos países ocupados tinham vontade de reunificar a península, porém, as ideologias conflitantes levaram a uma guerra de três anos que destruiu o que restava

da economia e capital humano da região e dificultou ainda mais a unificação do país (Lew, 2000).

Desde então, as diferenças sociais, econômicas e culturais ficaram cada vez maiores diante dos caminhos que cada região seguiu, a Coreia do Sul, país da esfera capitalista que transformou a economia baseada em agricultura para uma economia industrial moderna em 50 anos, as políticas públicas, em especial a educacional, que foram empregadas para alcançar esse nível de crescimento serão abordadas a seguir (Lew, 2000).

As políticas públicas empregadas na Coreia do Sul na área educacional, de fato, é uma questão que intriga a todos os estudiosos da área. A Coreia do Sul tinha um nível de analfabetismo de 80% em 1945, logo após a liberação do país da colonização japonesa (Masiero 2002 *Apud* Gomes 2023). Segundo Yannick (2013, *Apud* Gomes 2023) a educação sul-coreana passou por quatro fases entre 1945 e 2020: a primeira entre 1945 e 1960, denominada de reconstrução; a segunda de 1961 a 1980, chamada de educação para crescimento econômico; a terceira de 1981 a 2000, período de busca por novos modelos de educação; e por fim, a iniciada neste século que procura adaptar a estrutura educacional para uma economia globalizada.

A Tabela 1 a seguir, esquematizado por Miltons (2007 *Apud* Gomes 2023) apresenta de maneira sintética os processos de políticas públicas realizadas no período:

Tabela 1 - Políticas públicas educacionais na Coreia do Sul entre 1945-2000

Ano/Período	Medida	Objetivo ou Conteúdo Principal (Continua)
1945	Instituição do Comitê Nacional de Planejamento Educacional. Início da Campanha Nacional pela Alfabetização.	Estabelecer o sistema educacional. Aumentar a taxa de alfabetização.

Tabela 1 - Políticas públicas educacionais na Coreia do Sul entre 1945-2000

Ano/Período	Medida	Objetivo ou Conteúdo Principal (Continuação)
1946	O Escritório da Educação é elevado para Ministério da Educação (MOE).	Estabelecer bases escolares sob o princípio da igual oportunidade e realizar treinamento docente.
1949	Lei da Educação.	Objetivos da educação, princípios e critérios para sua administração.
1951	Promulgação do Ato Emergencial da Educação em Tempo de Guerra.	Promover a continuidade da educação durante a Guerra da Coreia.
1954-59	I Plano Sexagenal para Educação Elementar Compulsória.	Universalização do Ensino Primário.
1962-66	I Plano de Desenvolvimento Educacional.	Aumentar o acesso à educação básica e reduzi-lo no nível superior.
1967-71	I Plano Quinquenal da Educação.	Construção e renovação de escolas e salas de aula.
1968	Abolição do exame de entrada para a escola média. Carta da Educação Nacional.	Construir uma base "espiritual" para a regeneração da nação; promover o ensino de história nacional.
1973	Lei de Promoção da Educação Industrial.	Promover a educação técnica, sistematizando programas de treinamento no local de trabalho.
1974	Lei de Regulamentação do Treinamento Vocacional. Política de Equalização da Escola Média Superior.	Expandir a escala de programas de treinamento industrial. Nivelar insumos educacionais.

Tabela 1 - Políticas públicas educacionais na Coreia do Sul entre 1945-2000

Ano/Período	Medida	Objetivo ou Conteúdo Principal
Anos 80	Implantação do Sistema de Cotas de Graduação no ensino superior.	(Continuação)
1985	Determinação da obrigatoriedade da escola média em áreas rurais.	
1992	Proposta de reforma no ensino superior pelo Presidential Commission for Education Reform (PCER).	Conceder maior autonomia às instituições de nível superior.
1995	Eliminação do sistema de cotas de matrículas no ensino superior.	Eliminar práticas indesejáveis, tais como a orientação exclusiva para exames e despesas com aulas extras. Preparação dos alunos para a transição para a "sociedade do conhecimento".
1998	Reforma Educacional Geral.	
1998	O MOE tem seu nome alterado para Ministério da Educação e Desenvolvimento de Recursos Humanos (MOEHRD).	Ênfase do novo ministério: treinamento para o trabalho e pesquisa científica.
Final anos 90	Projeto BK-21 - Programa de Reforma no Ensino Superior.	Preparar recursos humanos altamente qualificados, por meio do investimento do governo em programas técnicas, de ciências e engenharias.
2000	Implantação do Sétimo Currículo Nacional em escolas elementares e secundárias.	Agrupar estudantes segundo o nível; equipá-los com capacitações básicas e específicas. Ênfase no desenvolvimento de habilidades individuais.

Tabela 1 - Políticas públicas educacionais na Coreia do Sul entre 1945-2000

Ano/Período	Medida	Objetivo ou Conteúdo Principal (Conclusão)
-------------	--------	---

Fonte: Miltons (2007 *Apud* Gomes 2023)

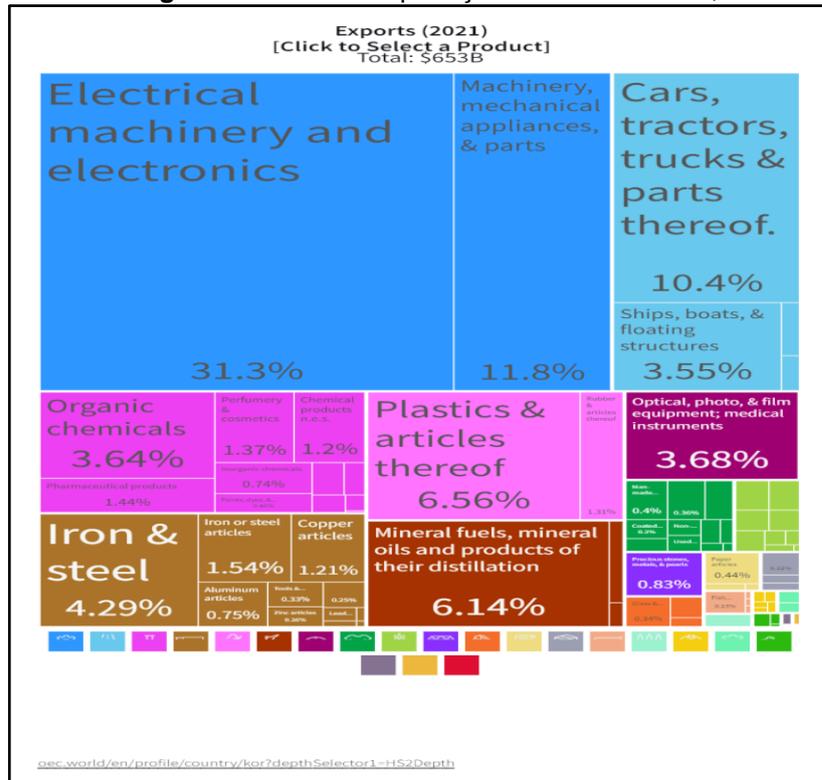
Esta tabela traz uma série de informações de como a Coreia do Sul investiu no capital humano como defendido por Levin e Bigsten (2000), e portanto, esses investimentos além de contribuírem para o crescimento econômico, contribuíram para um Crescimento Pró-Pobre durante o período 1945-2000.

3.2 A Coreia do Sul atual e suas relações com o exterior

Dados de Produto Interno Bruto (PIB) do Banco Mundial (2023) indicam que a Coreia do Sul tem tido grande sucesso econômico nas últimas quatro décadas, saindo de 87.76 bilhões de dólares para mais de 1.8 trilhão de dólares. A economia sul-coreana tem sido o foco de muitos estudos, principalmente na área da economia que estuda o desenvolvimento das economias emergentes, como é o caso do Brasil. O crescimento da Coreia do Sul iniciou-se de forma mais expressiva na década de 1980, segundo os dados do Banco Mundial (2023) a economia do país asiático era extremamente atrasada em relação ao país vizinho Japão, por exemplo, e somente com uma série de políticas públicas, esta economia alcançou e até mesmo ultrapassou economias desenvolvidas, saindo de pouco mais de 4 mil dólares em 1980 para mais de 33,5 mil dólares per capita em 2022 (Japão tinha pouco mais de 36 mil no mesmo ano).

Os produtos mais exportados da Coreia do Sul demonstram a drástica mudança econômica que tomou curso a partir da década de 1960, dados atuais mostram que em mais de 50% do total de 653 bilhões de dólares de valor exportado é formado por máquinas, eletrônicos e meios de transporte como carros e navios, conforme dados do Observatório de Complexidade Econômica (OEC) (2023) (Figura 1).

Figura 1 - Perfil de Exportação da Coreia do Sul, dados de 2021



Fonte: OEC (2023).

A questão do crescimento voltado para fora (ou também chamado de *export-led growth*) é essencial para entender como se deu o desenvolvimento da Coreia do Sul, e, principalmente, quais políticas públicas propiciaram isso.

Haggard e Moon (1991) traz uma perspectiva histórica acerca das mudanças empregadas durante o período de 1954 até 1966, período anterior a 1961 foi marcado de instabilidade política e grande influência externa dos Estados Unidos, as grandes mudanças começaram a serem tocadas a partir de 1961, durante o governo militar na Coreia do Sul. Os autores apontam que o governo militar concentrou grande poder nas mãos do Executivo, o que retira o cálculo político das diferentes políticas públicas.

Haggard e Moon (1991) ainda apresentam que as relações entre o Estado e o setor privado foram reformuladas pelos militares, em busca de reduzir a corrupção e melhorar a alocação de recursos para fins realmente lucrativos. Os autores também apontam que houve uma grande centralização das tomadas de decisões econômicas no *Economic Planning Board (EPB)*, o que representa uma reforma significativa do

aparato estatal voltado ao planejamento econômico. Os militares também implementaram uma série de reformas na administração pública voltada à economia como: um canal direto entre o Executivo e o EPB; um sistema de avaliação de qualidade dos órgãos públicos; e uma série de medidas para melhorar a racionalidade da contratação de funcionários públicos.

Segundo Haggard e Moon (1991), o governo militar teve fim com a mudança do sistema político na Coreia do Sul e a pressão que os Estados Unidos fizeram ao governo sul-coreano para adotar um regime democrático, os autores também falam das mudanças trazidas por Park Chung Hee o novo presidente pós-governo militar, que foi o responsável pelas mudanças que iniciaram o *export-led growth* (crescimento liderado pelas exportações).

Mesmo que os militares tenham saído do poder, eles continuavam na vida política, segundo Haggard e Moon (1991), o que dava um caráter autoritário para o governo de Park Chung, com a utilização dos aparatos de forças policiais para reprimir protestos, em especial aqueles que eram contra a normalização das relações com o ex-colonizador Japão. Com a vitória eleitoral de Park em 1963 ele enfim começa a implementar uma série de reformas que levariam ao sucesso econômico do país.

Haggard e Moon (1991) apontam que a série de reformas econômicas tiveram grande influência e apoio dos Estados Unidos, em um primeiro momento o objetivo principal era a estabilização, por meio de reformas fiscais e monetárias, em seguida realizar uma desvalorização cambial, garantir crédito barato para atividades exportadoras e punir reservas monetárias domésticas. Ainda segundo os autores, o sucesso das políticas de incentivos à exportação estaria ligado a três fatores: a concentração de poder nos órgãos de regulação econômica e no presidente; as novas instituições criadas que formavam um canal entre os entes privados e públicas; e por fim, a grande capacidade de monitoramento do governo sobre as firmas.

Segundo Haggard e Moon (1991), a reorganização dos incentivos, que seriam focados em determinados setores, também foram chave para o incentivo às exportações. Os mecanismos utilizados foram colocar metas de exportações e punir aquelas empresas que não atingissem as metas. Outra política pública que os autores apontaram foi a criação de uma rede de órgãos públicos que garantiriam a qualidade

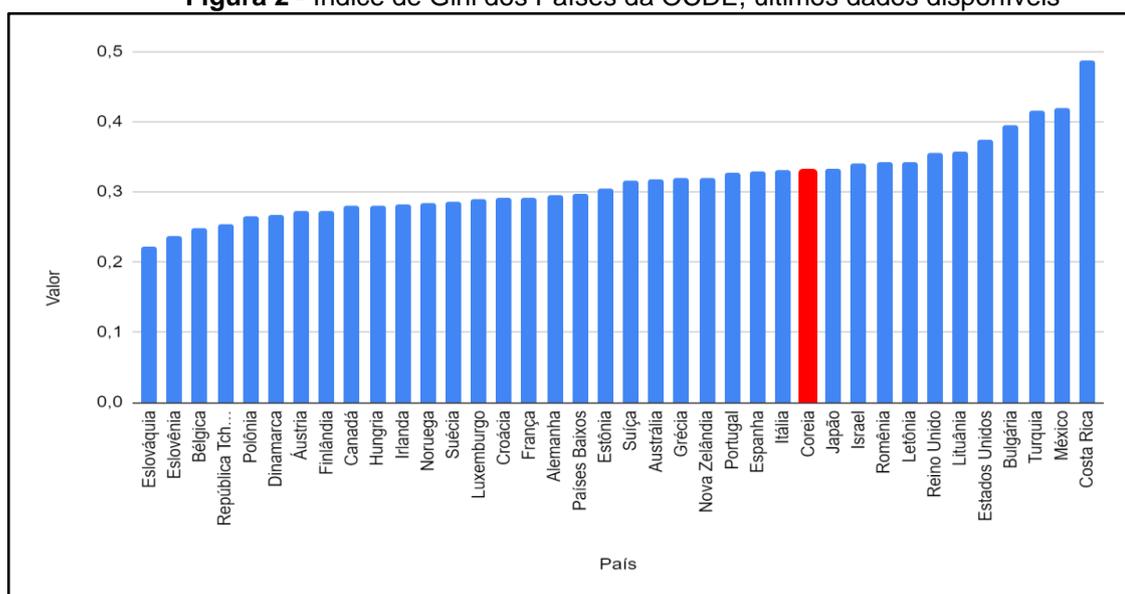
dos produtos que seriam manufaturados para a exportação, por meio de testes rigorosos e padronização nacional de processos.

Assim como esses autores, Levin e Bigsten (2000) também apontaram como esse mecanismo de aceleração de crescimento econômico tinha efeitos positivos também para os mais pobres, caracterizando assim a política pública do *export-led growth* como Pró-Pobre durante esse período anterior.

Dessa maneira, a Coreia do Sul alcançou um grande sucesso econômico, no entanto, o Estado sul-coreano é muito criticado pela aproximação de um liberalismo econômico exacerbado e uma política de proteção social fraca, o que resulta em muitos dos problemas que serão citados a seguir.

3.3 Os Problemas Sociais da Coreia do Sul

Diante de uma persistência da desigualdade social entre os mais ricos e os mais pobres, é de fundamental importância que se estude o fenômeno da pobreza principalmente nos centros do capitalismo mundial, como é o caso da Coreia do Sul que é um dos países mais desiguais da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), com um índice de Gini, índice que mede a desigualdade entre a população (0 se todos tivessem o mesmo rendimento), de 0.331, mesmo tendo um dos crescimentos mais expressivos da última década, colocando a Coreia do Sul como o 12º país mais desigual da organização, como mostra o gráfico a seguir (OCDE ,2023), como pode ser visto na Figura 2:

Figura 2 - Índice de Gini dos Países da OCDE, últimos dados disponíveis

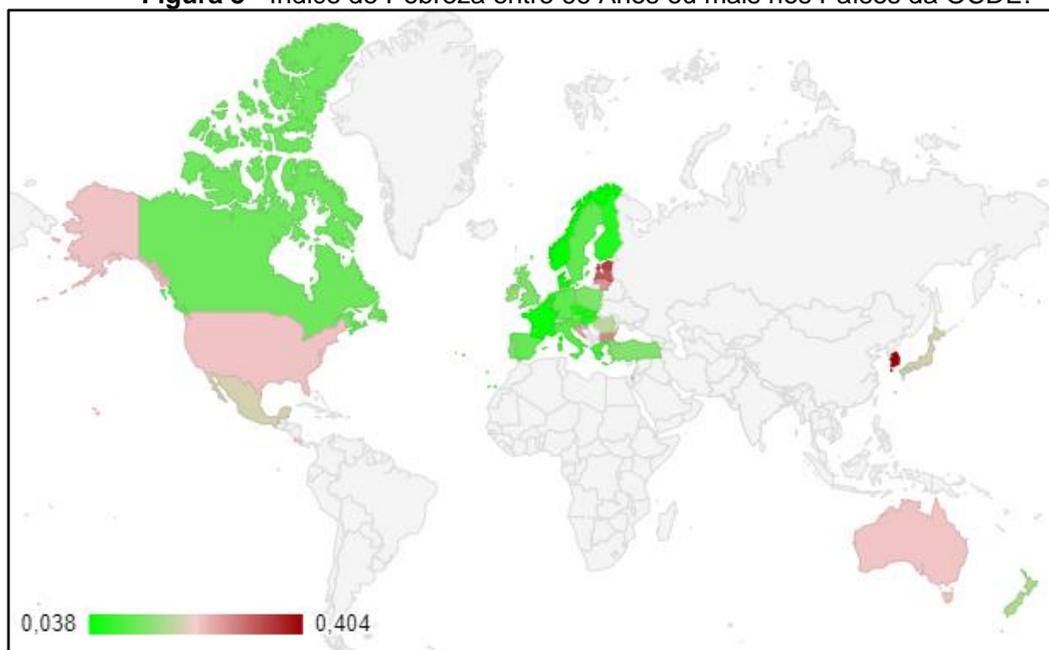
Fonte: Elaboração própria com dados OCDE (2023).

No entanto, segundo os dados da OCDE (2023) a evolução do índice de Gini na Coreia do Sul é positiva, saindo de 0.388 em 2011 para 0.331 em 2020, período semelhante ao que será estudado neste trabalho, e assim poderemos compreender, com a utilização da metodologia apresentada, para além do índice de Gini, se a desigualdade apresenta uma tendência de arrefecimento na Coreia.

Além disso, os dados mostram que o índice de pobreza na terceira idade é expressivamente maior na Coreia do Sul (0,404) em comparação com a média da OCDE (0,170), o que torna o país um excelente objeto de estudo para entender a dinâmica da pobreza dentro da circunstância de crescimento vigoroso, visto que existe essa grande disparidade entre os indicadores (OCDE, 2023).

O mapa da pobreza da população com 66 anos ou mais na OCDE, na Figura 3 demonstra a disparidade da Coreia do Sul com os outros países da organização, onde países com menor pobreza neste estrato etário estão em verde e em vermelho os com maior prevalência da pobreza:

Figura 3 - Índice de Pobreza entre 66 Anos ou mais nos Países da OCDE.



Fonte: Elaboração própria com dados OCDE (2022).

Portanto, a Coreia do Sul tem um índice de pobreza muito alto comparado a países com proteção social forte, como os da Europa (com exceção dos países bálticos) e a Nova Zelândia. A disparidade fica ainda maior quando se leva em consideração que segundo os dados da OCDE (2023) o índice de pobreza na população geral é de 0.151, enquanto o da população com +66 anos, como já mencionado, foi de 0.404.

Esses dados corroboram com os dados de renda fornecidos pelo governo sul-coreano (Figura 4) A análise dos dados de renda concluiu que a idade média dos 20% mais pobres chega a quase 10 anos a mais que o restante dos quintis em 2010, por exemplo. Na Figura 4, é possível verificar que a população mais pobre da Coreia do Sul tem envelhecido constantemente.

Figura 4 - Idade média da população entre os 20% mais pobres na Coreia do Sul (2010-2022)



Fonte: Fonte: Elaboração própria com dados da Statistics Korea (2023).

A Coreia do Sul é alvo de críticas a seu modelo econômico, principalmente, por provocar extensa desigualdade social, abandono da população idosa e cultura do trabalho extremamente tóxica.

Em “O mito do desenvolvimento sul-coreano”, Silva (2007) aborda de forma crítica a visão de desenvolvimento da Coreia do Sul. O autor destaca que o crescimento experimentado pelo país se deve a uma estrutura autoritária de tomada de decisões que marcou todo o boom econômico sul-coreano. Silva (2007) utiliza o conceito de desenvolvimento furtadiano para apontar que a falta de instituições democráticas é um sintoma do subdesenvolvimento.

O autor explica que a alta concentração de poder nos grandes conglomerados industriais distorce o balanço de poder no país, uma vez que os interesses desses grupos muitas vezes são contrários aos interesses da população no geral. É importante ressaltar ainda que, por ser uma economia com foco na exportação, é de vital importância que sejam mantidos salários competitivos em escala global.

Segundo Silva (2007), o período autoritário que marcou o boom econômico do país também significou uma expressiva concentração de renda pelas classes mais abastadas da sociedade, e o abandono completo de qualquer reivindicação por melhores redes de proteção social.

Ainda segundo o autor do parágrafo anterior, e utilizando-se de conceitos furtadianos, a dependência que a Coreia do Sul nutriu dos Estados Unidos, acaba por minar a possibilidade de integração com a Coreia do Norte e implementar medidas de segurança social. Além disso, implica na necessidade de constante alinhamento político com as potências ocidentais que garante o mercado externo para as indústrias sul-coreanas.

3.4 Políticas para a Redução da Pobreza e Desigualdade na Coreia do Sul

Primeiramente é preciso entender o que é a pobreza, pois por ser uma questão complexa e multifacetada, ela pode ter várias interpretações. Para Sen (1999), economista e filósofo, em seu livro “Desenvolvimento como Liberdade”, a pobreza vai além da renda que é comumente utilizada como parâmetro de mensuração. O autor considera as capacidades humanas, como ter acesso a saúde, educação e alimentação de qualidade, para estar fora da linha da pobreza e que somente os recursos financeiros não garantiriam esse estado. Para combater a pobreza, Amartya Sen acreditava que apenas políticas de redistribuição de renda não seriam suficientes, o autor advoga por igualdade de oportunidades e acesso à educação de qualidade, por exemplo.

A pobreza ainda não é bem definida na área de Ciências Econômicas assim, como o desenvolvimento econômico. Segundo Cardoso (2012), ainda existe a divisão entre Teoria Econômica e Economia do Desenvolvimento, isso ocorre devido a teoria econômica convencional não comportar corretamente toda a complexidade do desenvolvimento econômico, e, de acordo com Cardoso (2012), foi definido pelo simples crescimento econômico, ou seja, crescimento do Produto Interno Bruto. O crescimento sustentado do PIB geraria um aumento da renda média e assim, a vida média melhoraria. O referido autor explica que as teorias de desenvolvimento, surgidas principalmente no pós-Segunda Guerra Mundial, tentavam explicar como as nações desenvolvidas chegaram neste estágio e quais eram os elementos que as nações não desenvolvidas deveriam executar, para chegar ao grau de desenvolvimento dos países ricos.

Como se vê, o fenômeno da pobreza é multifacetado e complexo, e a teoria varia muito de autor para autor. Neste trabalho foi considerado apenas os recursos financeiros como medidor de pobreza, que apesar de ser muito limitante permite analisar comparativamente e quantitativamente a pobreza na Coreia do Sul.

É fato, segundo os dados do Banco Mundial (2023), que nas últimas décadas a pobreza reduziu drasticamente juntamente com o crescimento econômico vertiginoso e, portanto, a relação entre crescimento e pobreza pode parecer óbvia ao analisar apenas dados como crescimento e pobreza, mas deve ser abordada com o mesmo cuidado da questão da pobreza, e é o que esse tópico faz.

Ravallion (2015) em seu livro "*The Economics of Poverty*" (A Economia da Pobreza) estabelece que o crescimento econômico é definido como o ritmo de aumento do PIB per capita, ou seja, o aumento da função agregada, Produto Interno Bruto, que é a combinação de trabalho, capital e terra, ou em outras palavras, todos os bens e serviços produzidos dentro de um território subtraído a balança comercial, se esse aumento for maior que o crescimento vegetativo da população desse mesmo território houve um crescimento econômico em termos de PIB per capita, que é a aproximação de desenvolvimento econômico utilizada nesta pesquisa, bem como no trabalho de Ravallion (2015).

Angus Deaton (2013) em seu livro "*The Great Escape: Health, Wealth, and the Origins of Inequality*" (A Grande Fuga: Saúde, Riqueza e as Origens da Desigualdade) aborda como o crescimento econômico afetou as diversas áreas da vida humana. Segundo o autor, o crescimento econômico experimentado especialmente no último século garantiu a redução da pobreza em praticamente todo o mundo. O foco de Deaton (2013) é os Estados Unidos, demonstrando que após uma suposta queda vigorosa da pobreza até o início da década de 70, essa queda não se verificou e até mesmo cresceu após o ano de 1973. Mesmo a renda média tendo crescido 60% até 2010, o crescimento econômico não está sendo direcionado a acabar com a pobreza no país mais rico do mundo. Algumas teorias que explicam esse fenômeno são expostas a seguir.

Ravallion (2015) aponta que os economistas clássicos viam com pessimismo a eficiência do crescimento econômico para combater a pobreza, dado o fato dos

recursos naturais serem finitos e a concepção da época de que a lei dos rendimentos decrescentes impediria o crescimento. Esses dogmas seriam posteriormente rebatidos, mas permanecia o questionamento se o crescimento seria redutor da pobreza. O autor cita Ramsey (1928) que demonstrou que o progresso técnico poderia sim ser eficaz em reduzir a pobreza.

Atualmente muito se discute como reduzir a crescente desigualdade econômica e por consequência a pobreza. A abordagem *mainstream* (convencional) se concentra em corrigir as imperfeições do capitalismo tardio, muitas vezes ignorando as contribuições do marxismo. Exemplo disso é a abordagem do economista francês Piketty (2014) que em seu livro “O Capital do século XXI” demonstra que existe a tendência do capital ter retornos maiores do que o crescimento econômico, e dessa maneira, exacerbar as desigualdades de renda, que somente seriam superadas com taxaço progressiva e redistribuição de riqueza, e dessa forma, diminuindo a pobreza consistente encontrada na contemporaneidade.

Os mais recentes pensadores que estudam sobre a pobreza, afirmam que ela só pode ser combatida de maneira eficiente com o uso de políticas públicas, principalmente aquelas de redistribuição de riqueza e de proteção social.

Henderson *et al.* (2002) afirma que o sucesso da Coreia do Sul na redução da pobreza é advindo especialmente, não a políticas específicas de redução à pobreza, mas sim a reforma agrária feita nos anos de 1940 e o sucesso do modelo de industrialização voltado para fora (chamado *export-led growth* - crescimento liderado pelas exportações).

É a mesma afirmação que Valle e Ferraz (2023) fazem, eles demonstram que a diversificação produtiva por meio de uma maior complexidade econômica é um fator relevante para a redução da pobreza. Dessa maneira, um modelo de exportação que diversifica os produtos e estimula a produção de bens manufaturados elaborados é uma política que pode ser apontada como Pró-Pobre. No entanto, ainda segundo Henderson *et al.* (2002), a confiança de que a pobreza continuaria caindo com o mesmo modelo de crescimento foi abalada principalmente na crise asiática de 1997, em especial, devido ao desmonte promovido pelo presidente coreano à época seguindo a agenda neoliberal.

Nesse contexto de maior importância para o tema da redução da pobreza no debate público, novas políticas públicas foram instauradas para abarcar esse problema. Jones e Urasawa (2014) publicaram um estudo que demonstra os problemas das políticas públicas que foram criadas para endereçar a questão da pobreza na faixa etária dos idosos. Segundo os autores, o BLSP (*Basic Livelihood Security Programme* - Programa Básico de Segurança de Subsistência) que fornece dinheiro e benefícios para pessoas pobres na Coreia do Sul que começou no ano 2000, fracassou em reduzir a pobreza por ser muito criterioso e pouco abrangente.

Outro programa citado pelos autores é o BOAP (*Basic Old-Age Pension System* - Sistema Básico de Pensões de Velhice), um programa de pensão da Coreia do Sul. Essa política não endereçou a pobreza persistente na faixa etária dos idosos por ser uma ajuda ínfima (3% da renda média do país), mesmo possuindo uma ampla margem de pessoas sendo atendidas. Por fim, o estudo aponta que o NPS (*National Pension System* - Sistema Nacional de Pensões), o sistema previdenciário sul-coreano introduzido em 1988, além de pouco contribuir para a renda dos aposentados (cerca de 10% da renda média), tem pouca aderência pública. Dessa maneira, as instituições sul-coreanas não estão sendo eficazes na redução da pobreza nessa faixa etária.

Kakwani e Pernia (2000) afirmaram que o crescimento econômico puro, simplesmente não garante a redução da pobreza nos países, inclusive pode aumentar as desigualdades em alguns casos. No estudo realizado por esses autores em relação a Coreia do Sul na década de 1990, é utilizada uma metodologia desenvolvida por eles que busca entender se o crescimento econômico está sendo “Pró-Pobre”, ou seja, beneficiando os mais pobres com crescimento de renda acima da média.

Kakwani e Pernia (2000) concluíram em seus estudos que a Coreia do Sul experienciou um período de grande crescimento, e principalmente, um período marcado por crescimento pró-pobre, dessa maneira, os pobres se beneficiaram muito mais desse crescimento do que os não-pobres. No entanto, os autores deste estudo alertam para o fato de que na crise vivida pela Coreia do Sul no final da década de 90 demonstrou que os pobres sofreram muito mais do que os não-pobres, o que aponta para a necessidade do desenvolvimento de redes de proteção social.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS

As metodologias utilizadas neste trabalho foram qualitativas e quantitativas. Qualitativamente houve a abordagem teórica de como as políticas públicas se relacionam com a pobreza e desigualdade e revisão bibliográfica da criação do índice Pró-Pobre por Kakwani e Pernia (2000), isso foi indicado pela fundamentação teórica somada a revisão bibliográfica que demonstrou que existe um extenso debate na área econômica para entender a relação entre crescimento, pobreza e desigualdade.

Este trabalho teve como tema a relação entre crescimento e pobreza na Coreia do Sul nos anos entre 2010-2022. Com o objetivo de identificar os períodos de “Crescimento Pró-pobre” foi utilizada a metodologia criada por Kakwani *et al.* (2004) que se baseia no conceito criado por Kakwani e Pernia (2000) que utilizam a curva de Lorenz, adaptada por Ribeiro *et al.* (2015), para assim entender se houve ou não favorecimento das classes mais vulneráveis no período estudado.

4.1 O Índice de Crescimento Pró-Pobre

Os economistas Kakwani e Pernia (2000)², construíram um novo índice chamado de “*Pro-poor Growth Index*” (Índice de crescimento pró-pobre), que ajuda a identificar quais períodos o crescimento econômico foi também crescimento de renda acima da média para a população mais vulnerável dos países. Os autores advogam por instituições e políticas públicas que ativamente beneficiam os mais pobres, por meio de políticas redistributivas, por exemplo, constituindo assim também o chamado Crescimento Pró-Pobre.

No entanto, Kakwani e Pernia (2000) afirmam que o crescimento pode ser empobrecedor, quando existe uma transferência de recursos das camadas mais pobres para as mais ricas, e em casos mais comuns ocorra a chamada “Economia do Gotejamento”, aquela economia que o crescimento favorece mais as classes mais abastadas do que as mais pobres de forma que uma pequena parcela do crescimento “goteja” para os mais vulneráveis. Desta maneira, o índice criado por Kakwani e Pernia

²O estudo citado “What is Pro-Growth?” foi utilizado como estudo base para a concepção deste trabalho dada a relevância do tema e o renome dos autores.

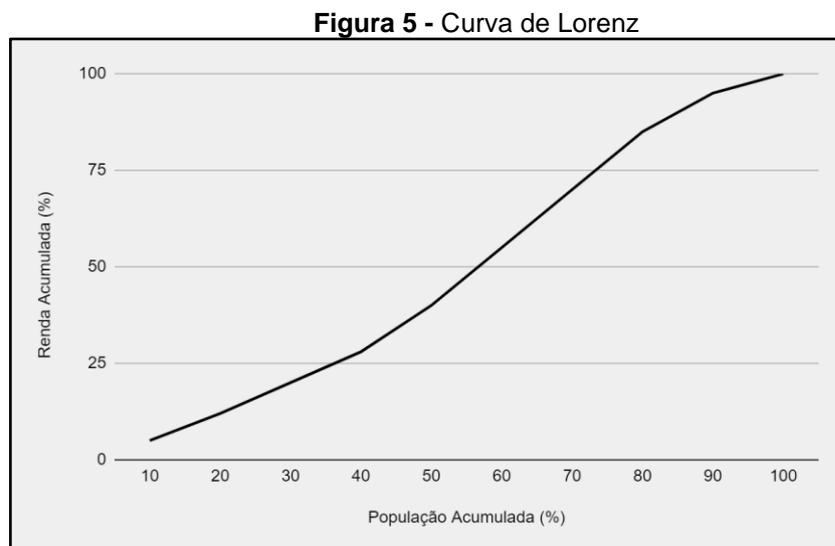
(2000) serve de termômetro para verificar o quão benéfica as políticas públicas estão sendo eficazes para garantir que o crescimento seja apropriado pelos mais pobres.

De maneira a teorizar empiricamente a funcionalidade do índice, vários estudos recentes abordaram a questão sob esta ótica, inclusive dos próprios autores do índice, alguns dos estudos serão expostos a seguir.

Segundo Ribeiro *et al.* (2015) e Son (2004) a equação é descrita como:

$$L(p) = 1/\mu \int_0^x yf(y)dy \quad (1)$$

A curva de Lorenz como explicado anteriormente é uma equação matemática que ajuda a medir a desigualdade de renda em uma sociedade. Na equação (1) pode-se obter a renda acumulada pelo percentual da população (p), que varia em função da média ponderada dos valores da renda. Abaixo, na Figura 5, ilustra-se como a lógica da curva de Lorenz funciona:



Fonte: Elaboração própria

Dessa maneira, pode-se identificar p da seguinte forma:

$$p = \int_0^x yf(y)dy \quad (2)$$

Ribeiro *et al.* (2015) explica que $L(p)$ na equação (1) demonstra a participação da renda de $p\%$ (p é a proporção de população), em que μ é a média da renda da população e a renda individual (y) com base na função de densidade de $f(y)$. Se $L(p)$ for igual a p , terá a igualdade perfeita de renda, onde todos têm o mesmo rendimento. Ainda segundo Ribeiro *et al.* (2015), se a curva de Lorenz representada pela equação (2), e demonstrada pelo gráfico anterior se desloca para a esquerda, ou seja, $\Delta L(p) \geq 0$ para todo p , o crescimento é pró-pobre pois causou a redução da pobreza, temos então a seguinte equação:

$$L(p) = \mu_p p / \mu \quad (3)$$

Onde μ_p é a renda média até o quintil p , ou seja, se for do primeiro quintil será a renda média dos 20% mais pobres. Aplicando o logaritmo e a primeira diferença temos a seguinte equação final (Ribeiro *et al.*, 2015):

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)), \text{ sendo } g = \Delta \ln(\mu) \quad (4)$$

Sendo g a taxa de crescimento da renda média da sociedade e $g(p)$ a taxa de crescimento da renda média até o quintil p , que na metodologia de crescimento pró-pobre é sempre o primeiro, é possível, conforme a metodologia demonstrada anteriormente por Ribeiro *et al.* (2015), criou-se a Tabela 2 que demonstra os possíveis resultados a serem obtidos ao aplicar a metodologia:

Tabela 2 - Classificação de crescimento com base em Ribeiro *et al* (2015).

Conclusão	Fator determinante	Descrição
Pró-pobre	$g(p) > g$ para todo $p > 100$	Redução da pobreza em que a curva de Lorenz se desloca para a esquerda
Não pró-pobre	$0 < g(p) < g$ para todo $p > 100$	Houve o crescimento da renda média, mas com concentração de renda
Empobrecedor	$g(p) < g$ para todo $p > 100$ e se $g > 0$ (ou $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e se $g > 0$)	Apesar do crescimento médio da renda geral, houve uma queda da renda dos p mais pobres
Inconclusivo		Casos omissos

Fonte: Ribeiro *et al.* (2015). Adaptado pelo autor.

Neste estudo, utilizou-se dados fornecidos pela “Statistics Korea”, um órgão governamental sul-coreano especializado em pesquisas estatísticas, que disponibiliza gratuitamente informações em coreano e inglês. Os dados selecionados provêm da pesquisa “*Household Income and Expenditure*” (Rendimentos e Despesas das Famílias) da Coreia do Sul, cobrindo o período de 2010 a 2022 que cataloga as variações de renda dos habitantes sul-coreanos de maneira similar ao IBGE brasileiro, como site Statistics Korea não fornece dados anualizados, foi necessário fazer a média de cada ano do estudo, destacado na Tabela 3.

Tabela 3 - Valor da Renda Média Anual dos Sul-Coreanos em U\$ entre 2009 e 2022.

Ano	Valor da renda anual do 1º Quintil	Varição Ano a Ano da renda média do 1º Quintil(%)	Renda média anual de toda a população sul-coreana	Crescimento da renda média da população total
2009	2.735,61	-	10.149,51	-
2010	3.173,73	16.00%	10.738,77	5.80%
2011	3.486,08	9.85%	11.317,85	5.38%
2012	3.801,69	9.05%	12.016,88	6.17%
2013	3.903,06	2.66%	12.279,33	2.17%
2014	4.132,04	5.87%	12.776,51	4.05%
2015	4.405,69	6.61%	12.905,75	1.01%
2016	4.180,47	-5.10%	12.989,05	0.64%
2017	4.215,62	0.84%	13.030,63 ³	0.32%
2018	3.779,57	-10.32%	13.747,28	5.50%
2019	3.891,26	2.96%	14.139,33	2.84%
2020 ⁴	4.830,26	24.13%	15.552,36	10.00%
2021	3.004,90	-37.81%	13.300,90	-14.49%
2022	3,263,67	8.61%	14.271,81	7.30%

Fonte: Statistics Korea (2023). Adaptado pelo autor.

Para mitigar possíveis variações sazonais nos dados de renda, foi utilizada a média anual dos anos de 2010 a 2022. Além disso, considerou-se, na mesma linha de Kakwani e Pernia (2000), como “os mais pobres” apenas aqueles que se encontravam no primeiro quintil da distribuição de renda da população, devido ao fato de que esta população representa os mais vulneráveis da sociedade e onde se concentra a pobreza absoluta. A renda no site do governo coreano está em Won, que é a moeda corrente sul-coreana, de maneira a ser mais demonstrativo ela foi convertida ao dólar no câmbio nominal do dia 27 de outubro de 2023, sendo 1000 Won Sul-coreano equivalente a 0,74 dólares. O Real não foi escolhido dada a volatilidade cambial existente em países em desenvolvimento, como também pelo efeito inflacionário mais predominante nesta moeda do que no dólar.

³Para o primeiro trimestre de 2017 foi considerado o mesmo valor do segundo trimestre por falta de dados.

⁴Efeito pandemia de Covid-19 em 2020 e 2021.

5. RESULTADOS E ANÁLISE DA APLICAÇÃO METODOLÓGICA

Nesta seção aborda-se os resultados obtidos com a metodologia de Crescimento Pró-Pobre, além disso, buscou-se apontar, com dados de Gini e Curva de Lorenz, como a economia sul-coreana tem se comportado perante a camada mais vulnerável da população, e também demonstrando quais são os desafios para as próximas décadas na luta contra a pobreza no país.

Os resultados obtidos aplicando a metodologia para saber qual é o g médio, sendo $g(p)$ o crescimento da renda, e o g da população até o 1º quintil, estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Resultados dos Crescimentos da Renda na Coreia do Sul entre 2010 e 2022.

Ano	$g(p)$ (Crescimento até o 1º Quintil)	g (Crescimento Médio)	Classificação
2010	0.16	0.058	Pró-pobre
2011	0.0985	0.0538	Pró-pobre
2012	0.0905	0.0617	Pró-pobre
2013	0.0266	0.0217	Pró-pobre
2014	0.0587	0.0405	Pró-pobre
2015	0.0661	0.0101	Pró-pobre
2016	-0.051	0.0064	Não pró-pobre
2017	0.0084	0.0032	Pró-pobre
2018	-0.103	0.055	Não pró-pobre
2019	0.0296	0.0284	Pró-pobre
2020	0.2413	0.1	Pró-pobre
2021	-0.378	-0.1449	Empobrecedor
2022	0.0861	0.073	Pró-pobre

Fonte: Elaboração própria

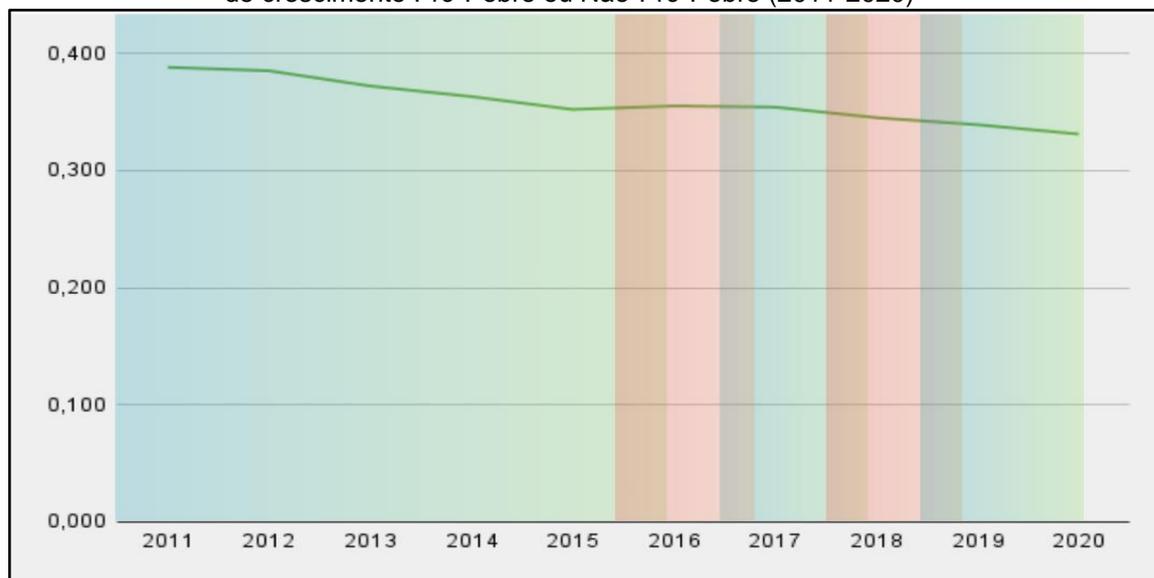
Para classificar se o crescimento é Pró-Pobre ou não, deve-se basear na metodologia adaptada por Ribeiro *et al.* (2015). A metodologia aponta que o crescimento pró-pobre é dado por $g(p) > g$; o crescimento não pró-pobre é dado por $0 < g(p) < g$; e o empobrecedor é constatado via $g(p) < g$. Assim, temos as classificações dos anos de 2010 a 2022 no mesma Tabela.

É possível constatar que o período foi marcado por crescimento pró-pobre, com apenas dois anos que apresentaram crescimento da concentração de renda e apenas um ano que foi classificado como empobrecedor, quando tanto a população no geral, quanto os mais pobres perderam parte significativa da renda.

Os resultados demonstram que houve uma continuação do Crescimento Pró-pobre na Coreia do Sul posterior ao estudo de Kakwani e Pernia (2000), ou seja, as políticas públicas estão sendo eficazes para garantir o acesso da população mais pobre ao crescimento econômico.

Para tentar encontrar uma correlação entre o crescimento pró-pobre e o índice de Gini apresentado pela Coreia do Sul, concluiu-se que as duas metodologias são igualmente sensíveis as variações de desigualdades. A disponibilidade de dados da OCDE para o coeficiente de GINI para a Coreia do Sul é apenas do período de 2011 até 2020, sendo assim, foi criado um gráfico (Figura 6) que ilustra a variação desse índice juntamente com a classificação do crescimento, sendo verde o Crescimento Pró-Pobre e vermelho o Crescimento Não-Pró-Pobre.

Figura 6 - Índice de Gini na Coreia do Sul, com áreas coloridas para classificação de crescimento Pró-Pobre ou Não-Pró-Pobre (2011-2020)



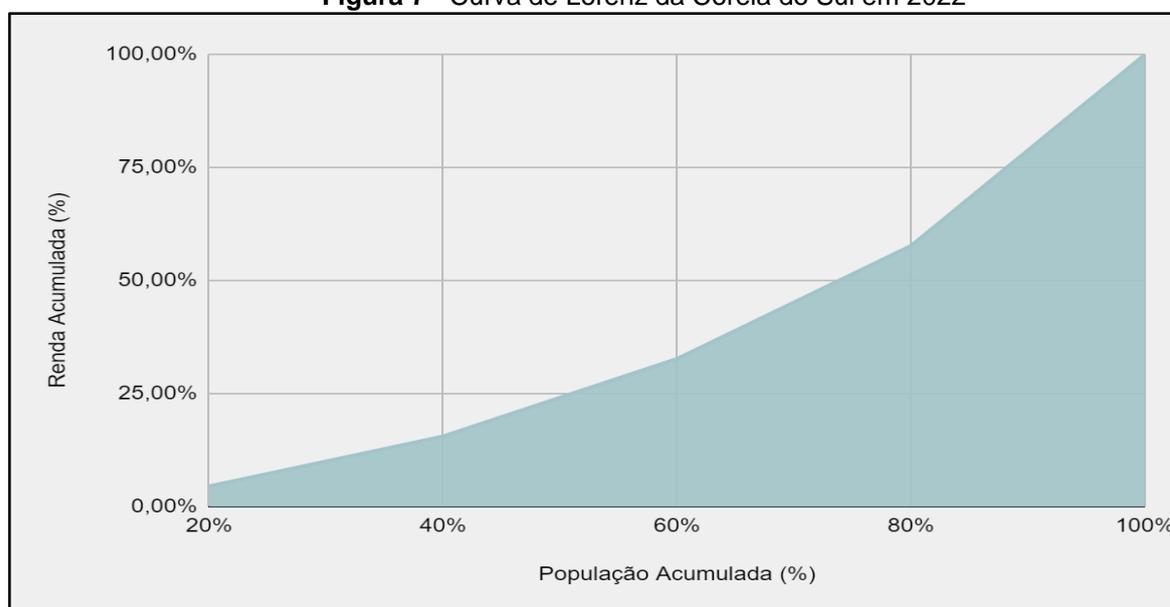
Fonte: Elaboração própria com dados OCDE (2023).

Observa-se que, de fato, o Índice de Gini e a metodologia utilizada para classificar o crescimento são correlatas. No período de crescimento pró-pobre o coeficiente de GINI declinou, e no período observado de crescimento não pró-pobre o coeficiente aumentou e estagnou. Dado a limitação de espaço de tempo presente neste trabalho, não é possível afirmar que a curva de Kuznets existe, mas segundo a teoria, pode-se classificar esse momento histórico como uma das inflexões na desigualdade de renda.

No estudo feito por Caldas e Menezes (2010 Apud Oliveira e Jacinto, 2015), os autores advogam que uma alta desigualdade de renda, aqui medido pelo índice de GINI, influi negativamente na queda da pobreza, isso acontece porque mesmo com o crescimento econômico robusto os benefícios deste não chegam aos mais pobres.

Mesmo com um cenário muito positivo, a sociedade sul-coreana é marcada por uma brutal desigualdade de renda, em 2022 os 20% mais pobres constituíram apenas 4,53% da renda total, enquanto os 20% mais ricos detinham 47,03% de toda a renda do país. Pode-se observar isso por meio da curva de Lorenz (Figura 7).

Figura 7 - Curva de Lorenz da Coreia do Sul em 2022

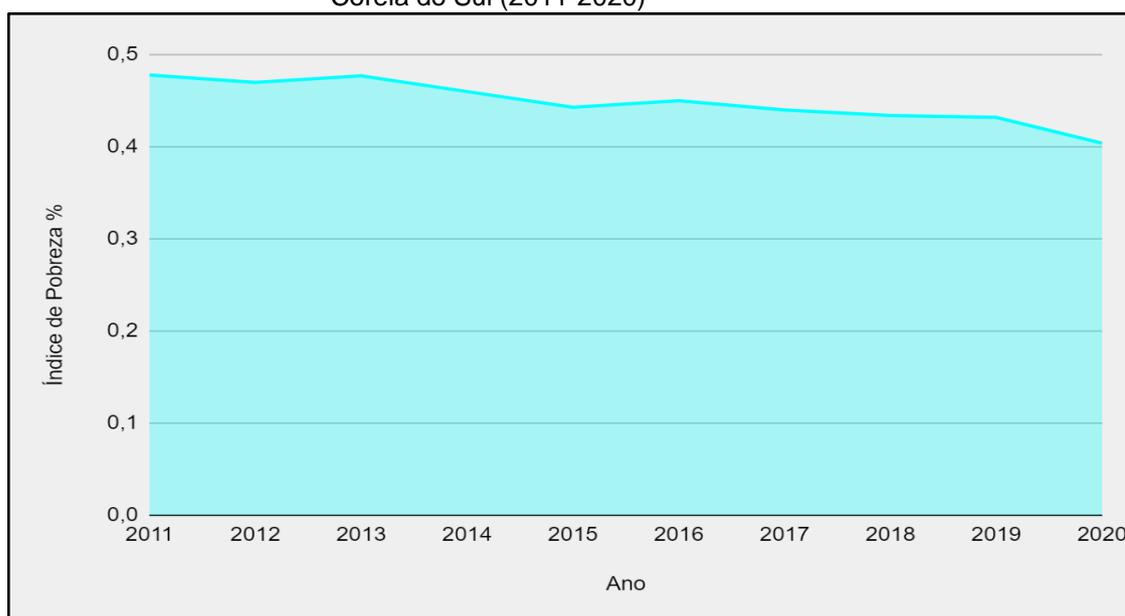


Fonte: Elaboração própria com dados Statistics Korea (2023).

Como apontado anteriormente nas seções de fundamentação teórica e revisão bibliográfica, a brutal desigualdade pode ser explicada pelo modelo econômico que foi adotado e a falta de políticas públicas para endereçar essa questão. Além disso, é constatado em outros estudos que provavelmente a desigualdade tenha efeitos deletérios sobre o crescimento econômico, principalmente, o crescimento econômico que é benéfico aos mais pobres, tornando o problema ainda pior.

O problema de pobreza na Coreia do Sul está intimamente relacionado com a idade do(a) chefe de família, principalmente se eles forem de 66 ou mais anos de idade, sendo assim, é preciso observar se paralelamente ao crescimento pró-pobre, essa parcela da população está sendo beneficiada. Pode-se constatar isso por meio do Índice de pobreza de 66 anos ou mais no gráfico da Figura 8.

Figura 8: Índice de pobreza de pessoas com 66 anos ou mais na Coreia do Sul (2011-2020)



Fonte: Elaboração própria com dados OCDE (2023).

O Índice de pobreza realmente declinou com os sucessivos crescimentos pró-pobre que afetaram positivamente esses estratos da população, mesmo assim, a mudança foi muito tímida diante do tamanho da questão da pobreza nessa população.

Ainda assim, como já abordado anteriormente nas políticas públicas elencadas por Jones e Urasawa (2014), os programas voltados a essa população fracassaram

e/ou tiveram resultados muito limitados, dessa maneira, é possível teorizar que a diminuição da pobreza é atribuída em grande parte a elasticidade-crescimento, ou seja, a pobreza reduziu devido ao crescimento econômico e não a políticas redistributivas já que estas não foram eficazes.

O fato do coeficiente de pobreza ter reduzido tão pouco dentro de um cenário de crescimento econômico robusto somado a uma insuficiência das políticas públicas de renda, pode indicar que nesse estrato da população a elasticidade-crescimento seja menor do que em outras faixas populacionais, e que, portanto, a elasticidade-renda dessa população é maior o que tornaria políticas públicas de distribuição de renda mais eficientes para combater a pobreza entre as pessoas com 66 ou mais anos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da pobreza é um trabalho complexo e difícil, mas é necessário para entender de que maneira esse problema é causado e qual a melhor forma de enfrentá-lo. O objetivo central deste trabalho foi identificar se as políticas públicas da Coreia do Sul tinham sido atuantes no sentido de solucionar os problemas de pobreza e desigualdade, dessa maneira, é possível afirmar que o trabalho cumpriu seu papel por meio da metodologia apresentada.

A partir dos resultados expostos concluiu-se que o período estudado (2010-2022) foi marcado por crescimento a favor das classes mais baixas, conclusão apontada pela aplicação da metodologia “Pro-Poor Growth” (Crescimento pró-pobre), ou seja, houve um benefício continuado do crescimento econômico pelas classes mais pobres na Coreia do Sul, o que indica que as políticas públicas atuais têm demonstrado efetividade, mesmo que limitada, no combate aos problemas sociais, colocados no trabalho.

O objetivo específico de relacionar o índice de GINI e de pobreza também foram cumpridos, foi possível observar uma pequena, mas constante, queda do coeficiente que mede a desigualdade de renda; no sentido da mensuração da pobreza, é possível afirmar que apesar dos grandes desafios existentes em combater a pobreza na Coreia do Sul, principalmente entre os idosos, houve um avanço significativo na última década, contrariando assim, o que é apontado pelos críticos ao crescimento sul-coreano. Portanto, mesmo existindo a restrição de espaço de tempo, pode-se colocar a década passada como um momento de inflexão da desigualdade de renda, conforme apontado por Kuznets.

O objetivo específico de entender o crescimento sul-coreano recente com vistas a metodologia “Crescimento Pró-Pobre” foi atingido e contribuiu significativamente para o entendimento desse desenvolvimento recente do país. Por fim, outro objetivo que se propunha a contribuir para o entendimento das políticas públicas no combate à pobreza e desigualdade também foi bem-sucedido, o trabalho apontou várias políticas públicas que não foram eficazes para combater o problema, principalmente no estrato mais velho da população, mas também apontou quais foram as políticas

responsáveis pelo crescimento recente e anterior da Coreia do Sul com impacto nos problemas sociais citados.

Por fim, este estudo teve limitações significativas, o horizonte de tempo foi uma delas, para entender melhor a dinâmica da pobreza e do Crescimento Pró-Pobre, assim como avaliar as políticas públicas e seus efeitos, demandam décadas e indicadores mais sofisticados do que a renda pura e simplesmente, portanto em um estudo futuro é importante ampliação desse horizonte de tempo, e o emprego de metodologias mais sofisticadas em junção com a que foi apresentada.

Além disso, não foi realizado neste trabalho o cálculo da elasticidade-crescimento e elasticidade-renda da pobreza, que busca identificar se o crescimento ou a distribuição de renda afetam a pobreza, em um estudo futuro é importante para a avaliação mais minuciosa das políticas públicas e sua interação com a desigualdade de renda e a pobreza, e principalmente, que seja feita essa análise segregando por faixas etárias visto que este trabalho indicou na possibilidade de serem diferentes de acordo com a idade.

Ainda cabe uma última reflexão para um futuro estudo, é preciso empregar nos estudos sobre pobreza e desigualdade fatores não-quantitativos de renda para entender mais a fundo as dinâmicas sociais da população estudada e, em especial, suas relações com o exterior que incluem fatores geopolíticos, por exemplo.

7. REFERÊNCIAS

AHLUWALIA, Montek S.; CARTER, Nicholas G.; CHENERY, Hollis B. **Growth and Poverty in Developing Countries**. *Journal of Development Economics*, v. 6, 1979, p. 299-341. Acesso em: 27 de jun. de 2024. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/0304-3878\(79\)90020-8](https://doi.org/10.1016/0304-3878(79)90020-8)>

BANCO MUNDIAL - World Bank. **Poverty and inequality platform**. Disponível em: <https://pip.worldbank.org/home>. Acesso em: 07 de nov. de 2023.

BIGSTEN, Arne; LEVIN, Jörgen. **Growth, Income Distribution, and Poverty: A Review**. Working Paper in Economics No 32. Göteborg: Department of Economics, Göteborg University, 2000. Acesso em: 27 de jun. de 2024. Disponível em: <<https://gupea.ub.gu.se/bitstream/handle/2077/2853/gunwpe0032.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

BOOTH, A.; DENG, K.L.S.E. **Colonialism in Korea and Taiwan: a comparative perspective on the origins and development of institutionalized exploitation**. London: London School of Economics and Political Science, 2016. Disponível em: <https://eprints.lse.ac.uk/68883/1/WP254.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

CARDOSO, F.G. **A armadilha do subdesenvolvimento: uma discussão do período desenvolvimentista brasileiro sob a ótica da abordagem da complexidade**. Tese (Doutorado em Economia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-26062012-155604/pt-br.php>. Acesso em: 09 de nov. de 2023.

CASTELAR, P.U.C. **Crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil: uma análise de painel dinâmico para o período 1985-2002**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

DEATON, A. **The great escape: health, wealth, and the origins of inequality**. New Jersey: Princeton University Press, 2013.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 28 jun. 2024.

GOMES, M.F. **Capital humano: análise do caso da coreia do sul no período de 1980 a 2020**. Campo Grande, 2023.

HAGGARD, S.; MOON, C. The transition to export-led growth in south Korea: 1954-1966. **The Journal of Asian Studies**, v. 50, n.4, p. 850-873, 1991.

HENDERSON, J.; HULME, D.; PHILLIPS, R.; KIM, E.M. **Economic governance and poverty reduction in south Korea**. *Globalization and Poverty*. Reino Unido, 2002.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: EDUSP, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/002973617>> Acesso em: 29 jun. 2023.

ILLIEN, P.; BIERI, S. **Political settlements analysis and the study of pro-poor development: Laos and Rwanda compared**. *World Development*, Volume 181, 2024, Article 106634. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2024.106634>> Acesso em: 28 jun. 2024.

JACINTO, P. A. e OLIVEIRA, V. R.. **Crescimento pró-pobre ou empobrecedor? Uma análise para os estados brasileiros, no período 1995-2011**. Acesso em: 27 de jun. de 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/neco/a/WWBZz7G5dpLMPpFbgbLvqcD/#>>.

JONES, R. e S. URASAWA (2014), "**Reducing the High Rate of Poverty Among the Elderly in Korea**", OECD Economics Department Working Papers, No. 1163, OECD Publishing, Paris. Disponível em: <<https://doi.org/10.1787/5jxx054fv20v-en>> Acesso em: 25 de jun. 2024.

KAKWANI, N.; PERNIA, E.M. What is Pro-poor Growth? **Asian Development Review**, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2000. Disponível em: <<https://www.adb.org/sites/default/files/publication/29865/tn-22-pro-poor-growth.pdf>> Acesso em: 09 de nov. 2023.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **The American Economic Review**, v. 45, n.1, p.1-30, 1955.

LEW, Y.I. **Brief history of Korea**. The Korea Society. Nova Iorque, 2000. Disponível em: <https://www.koreasociety.org/images/pdf/KoreanStudies/Monographs_GeneralReading/BRIEF%20HISTORY%20OF%20KOREA.pdf> Acesso em: 09 de nov. 2023.

LORENZ, Max. **Methods of Measuring the Concentration of Wealth**. American Statistical Association: New Series Nº70. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/15225437.1905.10503443>> Acesso em: 25 de jun 2024.

MEDEIROS, M. **Uma Introdução às representações gráficas da desigualdade de renda**. IPEA: Texto para discussão Nº 1202. Brasília, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2193>> Acesso em: 14 de set. 2023.

MENEZES, Roberto Goulart; CAIXETA, Marina Bolfarine. **Desigualdades, Sul Global e Cooperação Sul-Sul: miradas desde a América Latina**. In: MENEZES, Roberto Goulart; CAVALCANTI, Leonardo; SILVA, Cristhian Teófilo da (Org.). *América Latina no Século XXI: desigualdades, democracia e desenvolvimento*. Coleção Américas Compartilhadas, Volume 5. [Local de publicação]: Editora CRV, 2020, p. 111-132.

MOHAMMED, M. A., JUBOORI, H. A. H., e MOHHAMED, G. H. (2020). **Measuring Pro-Poverty Growth in Iraq for the Perversity IOD (2005-2014)**. *Journal of Xi'an University of Architecture & Technology*, volume, páginas. Acesso em 28 jun. 2024.

OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. National Accounts data files. **GDP (current US\$) - Korea, Rep.** World Bank National accounts data files. 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=KR>> Acesso em 29 de jun. 2023.

OCDE. National Accounts data files. **Inequality - Income Inequality**. 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm>. Acesso em 08 de out. 2023.

OCDE. National Accounts data files. **Inequality - Poverty rate**. 2023. Disponível em: <https://data.oecd.org/inequality/poverty-rate.htm>. Acesso em 08 de out. 2023.

OCDE. Economics Department Working Papers No. 1163. JONES, Randall S. e URASAWA, Satoshi. **Reducing the High Rate of Poverty Among the Elderly in Korea**. 2014. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/economics/reducing-the-high-rate-of-poverty-among-the-elderly-in-korea_5jxx054fv20v-en. Acesso em: 09 de nov. 2023.

PALANIVEL T.; PASHA, A. H.. **Pro Poor Growth: The Asian Experience**. United Nations Development Programme 2003. Acesso em: 27 de jun. de 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/vn/4753_Pro-poor_growth_and_policies.pdf>.

PHAN, P. V., e O'BRIEN, M. (2023). **Is growth pro-poor or pro-rich? The role of national pro-poor targeted programmes in Vietnam**. Em *Sociology, Social Policy and Education 2023* (pp. 392–407). Edward Elgar Publishing. Disponível em: <<https://doi.org/10.4337/9781800882300.00030>> Acesso em: 28 de jun. 2024.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

RAVALLION, M. **The economics of poverty: history, measurement, and policy**. Oxford. Oxford University Press, 2015.

RIBEIRO, L.L. *et al.* Crescimento pró-pobre? Uma análise para os meios urbano e rural no Brasil, **Pesquisa e Planejamento Econômico: PPE**, n. 1 v.45, p. 155-176, 2015. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/14222/1/2015_art_llribeiro.pdf. Acesso em 09 de nov. 2023.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, R.L.M. **O mito do desenvolvimento Sul-Coreano**: dependência, autocracia e milagre econômico. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

KHANDKER, Shahidur R.; KOOLWAL, Gayatri B. **Are Pro-Growth Policies Pro-Poor? Evidence from Bangladesh**. World Bank, National Economic Research Associates, May 2007. Acesso em: 27 de jun. de 2024. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Shahidur-Khandker/publication/264873906_Are_Pro-Growth_Policies_Pro-Poor_Evidence_from_Bangladesh_1/links/55c9e6d708aeca747d68c212/Are-Pro-Growth-Policies-Pro-Poor-Evidence-from-Bangladesh-1.pdf>.

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H.H. **Pro poor growth**: concepts and measurement with country case studies. International Poverty Centre: Working Paper Nº1, 2004. <https://ipcig.org/publication/27405?language_content_entity=en> Acesso em: 09 de nov. 2023.

STATISTICS KOREA. **Household Income and Expenditure**. Press Releases, Household Economy, Household Income and Expenditure. Disponível em: <<https://kostat.go.kr/board.es?mid=a20106020000&bid=11736>> Acesso em: 25 jun. 2024.

VALLE. C.M.; FERRAZ, D. **Complexidade econômica e pobreza**: uma análise econométrica. XXIX Simpósio de Engenharia de Produção (SIMPEP/UNESP). Bauru, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/366137924_Complexidade_Economica_e_Pobreza_uma_analise_econometrica_para_o_mundo> Acesso em: 09 de nov. 2023.